

A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS FRENTE ÀS RECEITAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS - MG NO PERÍODO DE 2007 A 2013

THE EVOLUTION OF EXPENDITURE FORWARD TO PUBLIC REVENUE: CASE STUDY IN THE CITY HALL OF PATOS DE MINAS – MG IN THE PERIOD 2007 TO 2013

Geovane Camilo dos Santos¹

RESUMO: O presente trabalho apresentou a relação entre as receitas e às despesas públicas na Prefeitura Municipal de Patos de Minas – MG, no lapso temporal de 2007 a 2013. Para o desenvolvimento do presente artigo a metodologia adotada para os procedimentos foi caracterizada por pesquisa bibliográfica e documental, quanto aos objetivos foi usada a pesquisa descritiva e a abordagem quantitativa e foi caracterizado como um estudo de caso. Os resultados encontrados demonstraram que existe um descompasso entre as receitas e despesas, pois estas foram maiores que aquelas de 2007 a 2012, verificam também que as despesas mais influentes foram “outras despesas correntes” para despesas correntes e “investimentos” para capital, sendo que o principal fator foi os imóveis. As principais receitas foram as “transferências correntes” e as “transferências de capital”.

Palavras Chave: Administração Pública; Despesas e Receitas Públicas; Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

ABSTRACT: This study showed the relationship between revenue and public expenditure in the Municipality of Patos de Minas - MG, in the time gap from 2007 to 2013. For the development of this article the methodology adopted for the procedures was characterized by research bibliographical and documentary, about the objectives was used the descriptive and quantitative approach and was featured as a case study. The results demonstrated that there is a mismatch between revenues and expenses, as these were higher than those from 2007 to 2012, also find that the most influential expenses were "incidental expenses" for recurrent expenses and "investments" for capital, and the main factor was real estate. The main revenues were the "current transfers 'and' capital transfers".

1- Especialista em Planejamento e Gestão Tributária, Universidade Federal de Uberlândia, Rua Leopoldo de Bulhões, 514, apto. 203, Bl 3, e-mail: geovane_camilo@yahoo.com.br, (34) 9214-4688.

Keywords: Public Administration; Public Revenues and Expenses; City Hall of Patos de Minas.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública possui a missão de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade pela qual é responsável, sendo feita por meio de um planejamento. Neste sentido, é preciso uma administração transparente, para que assim, se possa mostrar de onde os recursos foram retirados e qual é a destinação dado a eles.

A transparência em todos os âmbitos é fundamental, mas de forma especial para o setor público, pois segundo Santos, Oliveira e Trajano Júnior (2013), o dinheiro que as entidades públicas investem nas despesas públicas pertence à população e nada mais justo que ela saber qual a destinação dos seus recursos.

Sendo assim, o presente estudo teve o intuito de analisar o comportamento das despesas públicas frente às receitas públicas da Prefeitura Municipal de Patos de Minas – MG, no período de 2007 a 2013. O presente trabalho possui fundamentação legal em três leis, sendo elas: Lei 4.320/1964; Lei Complementar 101/2000 e Constituição Federal de 1988.

No trato dos termos específicos, o trabalho apresentou os seguintes objetivos: levantar dados no Executivo Municipal que possam subsidiar o posicionamento acerca do problema da pesquisa; analisar as informações geradas pela pesquisa; acompanhar e verificar a evolução das receitas e das despesas públicas, assinalando o melhor posicionamento frente ao Executivo Municipal; destacar princípios e demonstrativos da pesquisa proposta; classificar as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentária de 2007 a 2013. E, por fim, apresentar os resultados finais da pesquisa.

O trabalho se justifica em apresentar a população e também aos gestores da entidade pública de como está à relação entre arrecadação e execução. Ele também se justifica por apresentar quais são as receitas que mais geram recursos a entidade e quais as despesas que mais geram desembolsos aos cofres públicos.

O trabalho também apresenta a importância para a área acadêmica, uma vez que esta área é pouco explorada em trabalhos teóricos baseados em casos reais.

A evolução das despesas frente às receitas públicas

O desenvolvimento desta investigação permitiu aprimorar os conhecimentos na área de administração pública e perceber a importância de o Gestor Público monitorar seus gastos. Além disso, os resultados alcançados são de grande interesse a toda a sociedade, o que demonstra mais a importância desta pesquisa.

O trabalho encontra-se dividido em cinco seções, sendo a primeira a presente introdução, seguida da revisão da literatura, logo após é apresentada a metodologia utilizada, em seguida a análise e discussão dos resultados e por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A Administração Pública é responsável por executar os serviços públicos nas entidades visando o bem estar da população, neste sentido prevalece o princípio da impessoalidade, ou seja, que deve buscar atender as necessidades coletivas e não de apenas algum grupo. (ANDRADE, 2006; BRASIL, 1988).

A administração pública é dividida em duas partes, direta e indireta. A direta determina a **centralidade**, ou seja, compreende os serviços incorporados pela estrutura administrativa, como a saúde, educação, entre outros. E a indireta é quando ocorre a **descentralização** usando as autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, entre outras, mas ela é caracterizada como serviço público ou de interesse público. Estas entidades possuem gestão independente, tem recursos financeiros e orçamentários individuais, mas são todas fiscalizadas pelo tribunal de contas. (ANDRADE, 2006; KOHAMA, 2006).

O tribunal de contas é o órgão responsável pela fiscalização das contas dos municípios. Ele confere cada gasto e confronta com os valores arrecadados e verifica se realmente existe a prestação de um bem estar a população, ou seja, que o dinheiro arrecadado é investido em benefício da população. (STF, 2015).

A Contabilidade Pública é legalizada especialmente por três leis, sendo elas: Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 e pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.

A Lei Federal 4.320 de 1964 “estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.” (BRASIL, 1964, p. 1).

Com a preocupação em disponibilizar informações com maior qualidade e principalmente transparência, foi promulgada a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, que é usada como instrumento efetivo de controle do endividamento, bem como determinar a responsabilidade na gestão fiscal, o que levou a evolução de alguns aspectos inerentes à Lei 4.320/64. E a última lei é a Carta Magna do Brasil, ou seja, a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

No âmbito da Contabilidade Pública encontra-se a administração orçamentária, e segundo Rios (2010), quando se fala desta ramificação está se referindo a orçamento e este significa cálculo da receita e da despesa.

O estudo do orçamento procede aos aspectos objetivo e subjetivo, sendo que o primeiro determina o ramo das Ciências das Finanças, que estuda a Lei Orçamentária e o conjunto de normas, e o segundo determina a aprovação da priori, ou seja, os gastos que o Estado efetua durante o exercício. (SILVA, 2004).

A administração orçamentária possui três instrumentos constitucionais e são eles: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os instrumentos são elaborados para prazo médio, que compreende de 3 a 5 anos e prazos longos, de 10 a 15 anos. (KOHAMA, 2006).

O PPA é um programa que apresenta o trabalho a ser realizado pelo poder executivo no período do mandato político, sendo que inicia no exercício financeiro seguinte a posse. Este plano é a transformação em lei dos ideais políticos divulgados na campanha eleitoral, que satisfaz aos interesses sociais e atende a responsabilidade fiscal obrigatória pela Lei Complementar 101/2000. (ANDRADE, 2006; KOHAMA, 2006).

A LDO possui a função de estabelecer as metas do PPA, mais especificamente, o planejamento operacional anual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Este servirá de apoio para elaborar a LOA e apresentará as legislações tributárias locais. (ANDRADE, 2006).

A LOA é um instrumento para a materialização das ações e objetivos planejados visando o bem estar da população, ou seja, é o cumprimento das despesas públicas.

A evolução das despesas frente às receitas públicas

Segundo Andrade (2006), a lei orçamentária anual contém o orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.

O Orçamento Público ou orçamento programa é a materialização do planejamento do Estado, e é um instrumento do poder público para apresentar seus programas de atuações com descrição da origem do montante dos recursos (receitas) e a natureza e o montante dos dispêndios (despesas) a serem executadas. (ANDRADE, 2006).

Segundo Rosa (2011), as receitas são as entradas ou ingressos de importâncias as burlas, mas vale destacar, que nem todo ingresso é uma receita, pois se ele estiver condicionado a uma futura restituição é mera entrada de caixa ou recuperação de valores emprestados. As receitas no âmbito da Contabilidade Pública são registradas pelo regime de caixa, ou seja, no momento que ela é realmente arrecadada.

As receitas podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias, sendo que as orçamentárias são arrecadações dos recursos financeiros permitidos pela LOA e que serão revestidos na população mediante os gastos públicos. (SILVA, 2004).

As receitas orçamentárias são divididas em função da categoria econômica, sendo: receitas correntes e de receitas de capital. (ANDRADE, 2006). As receitas correntes são as transações efetivadas pela Administração Pública, e nesta categoria encontram-se as seguintes receitas: Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita Industrial, Receita de Serviços, Transferências Correntes, Outras receitas correntes.

As receitas de capital são as destinadas à cobertura de despesa de capital a título de investimentos, sendo que gera acréscimo ao patrimônio público. As receitas de capitais são: Operações de Crédito, Alienação de bens, Amortização de empréstimos, Transferências de capital e Outras receitas de capital.

As receitas extraorçamentárias são aquelas que constituirão compromissos exigíveis e que o pagamento não depende de autorização orçamentária. (KOHAMA, 2006).

Para Silva (2004), os principais tipos de receitas extraorçamentárias são: Depósitos de terceiros; Cauções em dinheiro; Salários não reclamados; Consignações; Operações de crédito por antecipação de receita; Outro valor arrecadado que se revista de características de simples transitoriedade de classificação no passivo.

As despesas públicas são os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais, destinadas a execução dos serviços públicos e aumentos patrimoniais, a pagamento ou

restituição. (KOHAMA, 2006). O regime usado para as despesas públicas é o regime de competência. (ANDRADE, 2006).

As despesas públicas se dividem em: despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Segundo Silva (2004), as despesas orçamentárias são as aplicações de recursos para realizar os gastos necessários a manutenção e expansão dos serviços públicos, elas são integrantes do orçamento. Elas ainda são classificadas em despesas correntes e de capital.

As despesas correntes são as operacionais realizadas pela Administração Pública e não contribuem para a formação de um bem de capital. As principais despesas correntes são: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e outras Despesas Correntes. (ANDRADE, 2006; SILVA, 2004).

As despesas de capital contribuem para formar um bem de capital, por meio da aquisição entre entidades do setor público ou privado. As principais despesas de capital são: Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida. (ANDRADE, 2006; SILVA, 2004).

3 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas e documental para os procedimentos, de descritiva para os objetivos e com abordagem quantitativa, além de ser um estudo de caso.

Conforme Oliveira (2002, p. 119) a pesquisa bibliográfica “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. Para Lakatos e Marconi (1992) esta pesquisa consiste em apresentar as bibliografias já editadas, em livros e revistas, com finalidade de por o pesquisador em contato direto com o assunto.

Para Silva (2003, p. 61) a pesquisa documental “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode se reelaborado; suas fontes são muito mais diversificadas e dispersas”.

A pesquisa descritiva tem a função de descrever características de uma determinada população com relação às variáveis. (SILVA, 2003).

A evolução das despesas frente às receitas públicas

No presente trabalho foi usada a pesquisa descritiva, com o intuito de demonstrar a relação das despesas frente às receitas, permitindo prevenir erros e corrigir o que de fato precisa.

A abordagem usada nesta pesquisa foi a quantitativa, e que segundo Oliveira (2002) possui a função de quantificar opiniões e dados mediante informações coletadas.

Foi usada esta forma de abordagem para tabular e interpretar os dados referentes as receitas e despesas do município estudado.

O presente trabalho é caracterizado como um estudo de caso. Para Silva (2003) o estudo de caso analisa um ou poucos fatos com profundidade, sendo que o estudo de caso tem maior utilidade nas pesquisas exploratórias e no início de pesquisas mais complexas. Yin (2005) acrescenta que o estudo de caso é composto de uma investigação empírica de determinado fenômeno real, sendo que para isto eles deverão estar bem definidos.

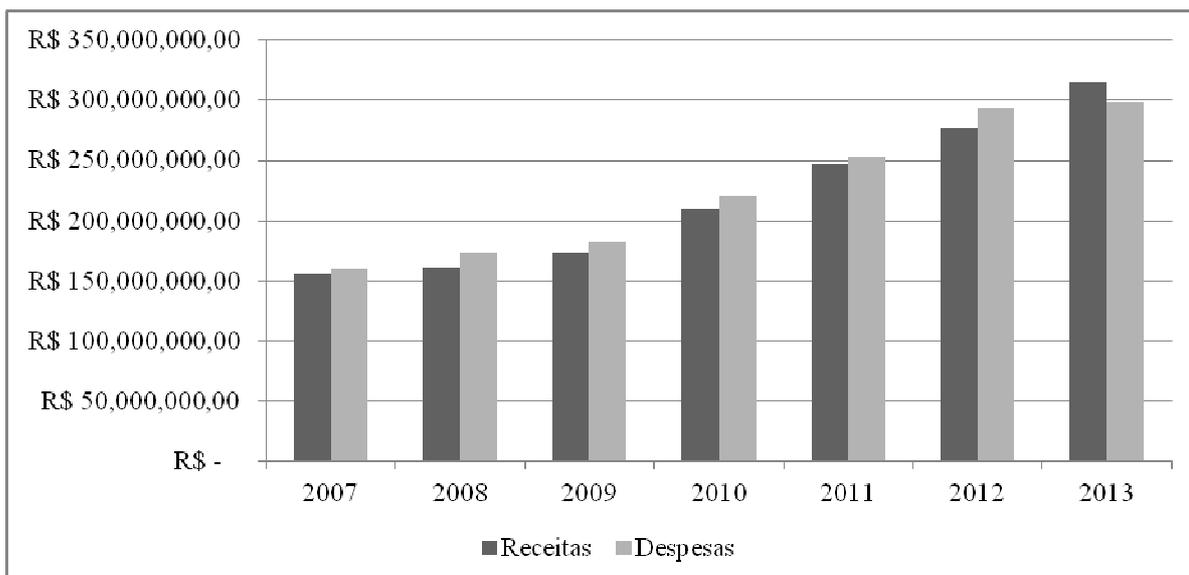
A unidade estudada foi a Prefeitura Municipal de Patos de Minas, no intervalo de tempo compreendido entre 2007 e 2013, analisando a relação de despesas frente às receitas públicas avaliadas e executadas.

Os dados foram coletados junto ao setor contábil do ente público, sendo que eles se encontravam no *software* Pdf. Os dados foram tratados por meio de planilhas eletrônicas para a devida análise para a realização dos gráficos que apresentam os resultados da pesquisa. Após a elaboração dos gráficos, os mesmos foram transportados para o Word®.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico apresentam-se os resultados da presente pesquisa, o intervalo da pesquisa foi compreendido entre 2007 e 2013.

Gráfico 1 - Comparativo - Despesas x Receitas

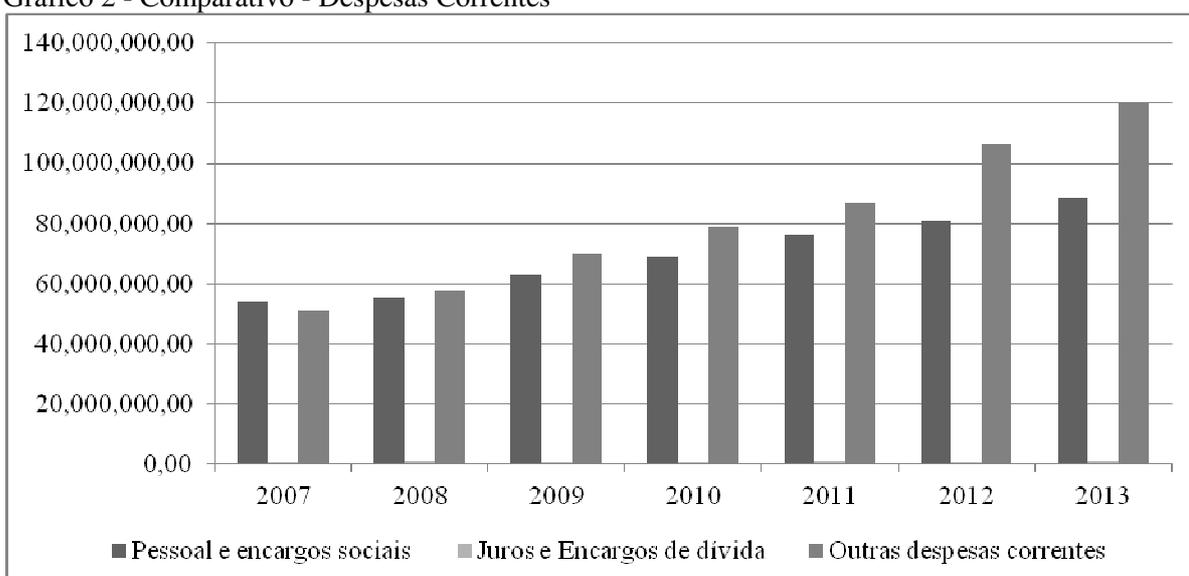


Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 1 demonstra que as despesas do município patense foram superiores que as receitas até o ano de 2012, e que em 2013 existiu o inverso, que as receitas superaram as despesas.

Logo, verifica existir um descompasso na gestão do município, uma vez que, deveria ser o contrário, as receitas deveriam ser maiores que as despesas. A evolução das Despesas é explicada pelo aumento das outras despesas correntes, Investimentos e Despesas com Pessoal, conforme apresentado nos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2 - Comparativo - Despesas Correntes



Fonte: Elaborado pelo autor

A evolução das despesas frente às receitas públicas

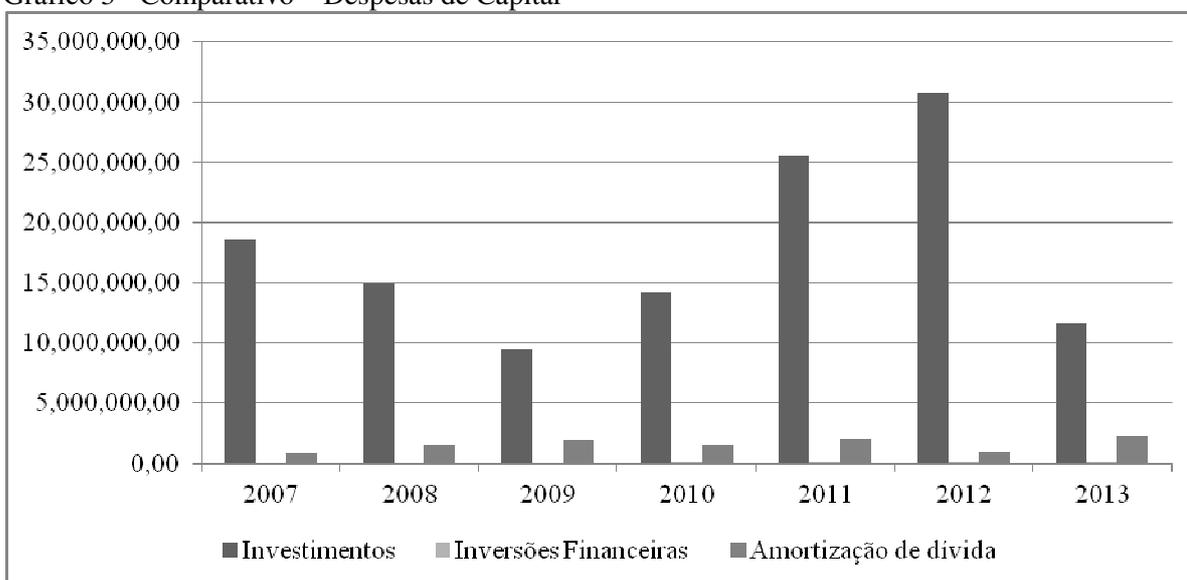
Analisando-se a evolução das Despesas com Pessoal verifica que estas apresentam aumento ano a ano e percebe que o maior deles ocorreu de 2009 para 2010, no valor de 14%, e que o menor ficou no período 2007/2008, com apenas 3%.

Na análise do item Outras Despesas Correntes, demonstrado no Gráfico 2, constata que este item apresenta os maiores crescimentos ao longo do período analisado. Verifica que o maior crescimento ficou de 2011 para 2012 (23%), seguido por 2008/2009 que cresceu 22%, o período que teve o menor crescimento foi 2010/2011, sendo de 10%.

A evolução dos juros e encargos teve o maior crescimento no período de 2007 para 2008, com aumento de 23%, e o pior resultado foi um decréscimo de (16%) no intervalo de 2008 para 2009.

Portanto, verifica que o menor crescimento do item outras despesas correntes tem aproximadamente o mesmo crescimento do maior crescimento com pessoal, logo, este é o item que mais influencia no aumento das despesas correntes frente às receitas.

Gráfico 3 - Comparativo – Despesas de Capital

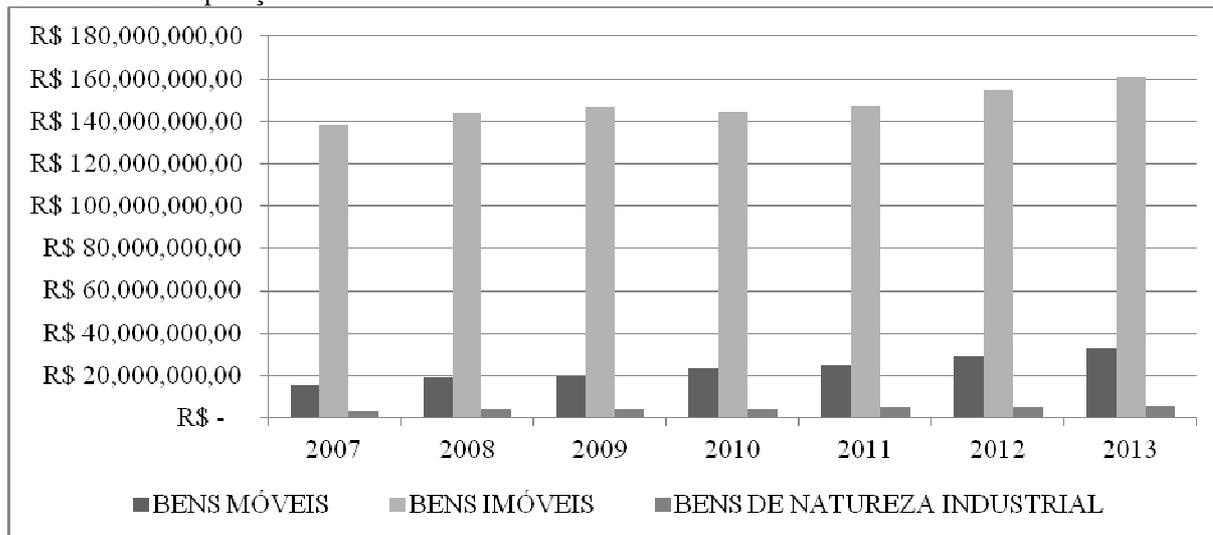


Fonte: Elaborado pelo autor

O item “investimentos” apresentou oscilação, pois existem altas e baixas ao longo do período analisado. O melhor resultado foi no lapso temporal de 2011 para 2012, no valor de 79%, e o pior foi de 2012 para 2013, que decaiu 61%.

Esta variação é explicada pela aquisição de móveis que teve uma variação entre 2007 e 2013 de 108% e os imóveis que variaram 16%, com demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Composição do Ativo não circulante



Fonte: Elaborado pelo autor

Já a evolução das Receitas podem ser explicadas por meio das transferências correntes e das transferências de capital, como mostram os gráficos 5 e 6.

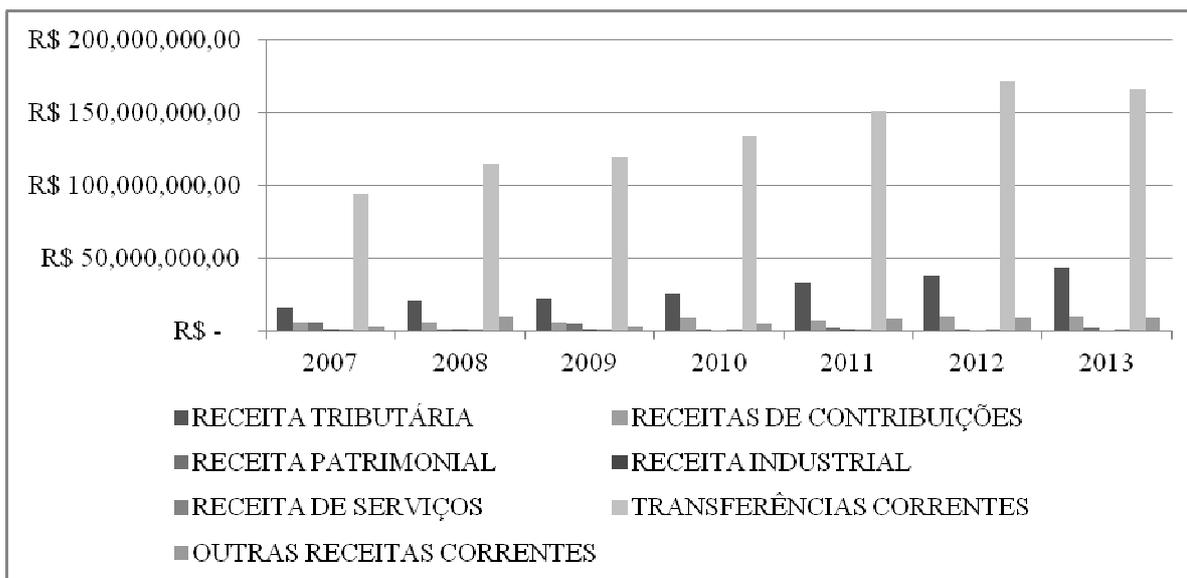
O período que houve a maior evolução nesta receita foi de 2007 para 2008, no valor de 21%, e o ano que teve o pior resultado foi de 2012 para 2013, pois decaiu (3%). Numa análise que envolve o primeiro e o último ano de estudo verifica que ela aumentou 76%.

As receitas tributárias que são importantes meios de arrecadação e tiveram como melhor resultado de evolução de 2010 para 2011 com aumento de 28% e o pior foi de 2008 para 2009, com aumento de 9%. Na análise do primeiro para o último ano verifica que o aumento foi de 162%, isto é importante, pois demonstra que o município está arrecadando mais impostos municipais, IPTU e ISS.

As receitas de transferências correntes são importantíssimas para a manutenção da máquina administrativa. Esta realidade não é tão somente do município de Patos de Minas, mas da grande maioria dos pequenos municípios brasileiros, que vivem basicamente das transferências governamentais, sejam elas, Estaduais ou Federais.

Gráfico 5 - Comparativo – Receitas Correntes

A evolução das despesas frente às receitas públicas

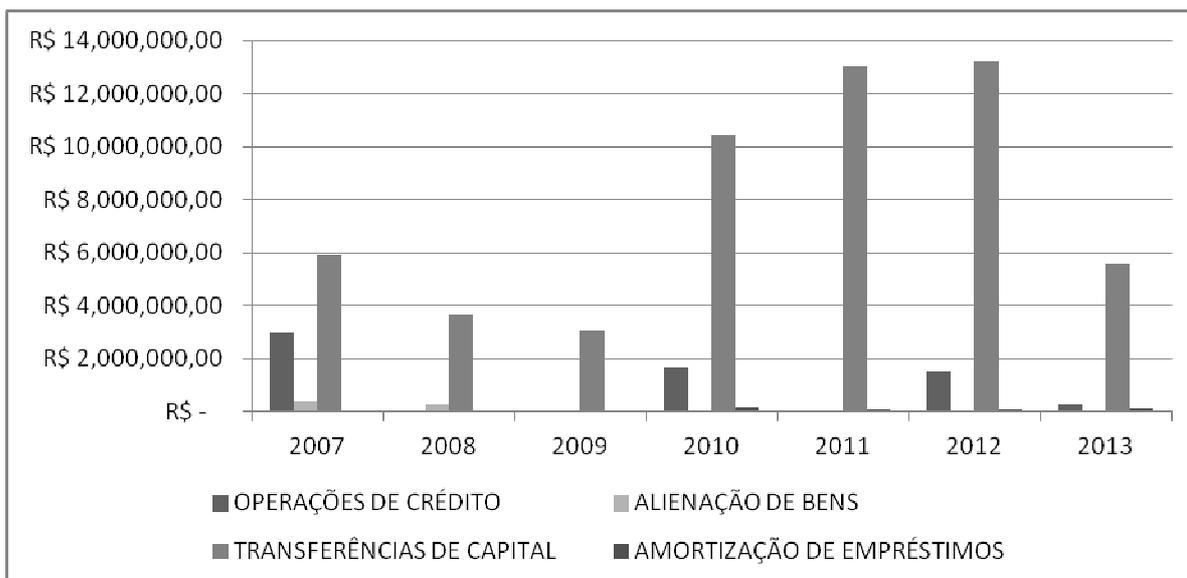


Fonte: Elaborado pelo autor

Nas receitas de capital verifica que a mais influente é a transferência de capital, mas percebe-se que a mesma durante o lapso temporal sofreu oscilação, o período com maior aumento foi de 2009 para 2010 que cresceu 350%, e o pior foi de 2012 para 2013 que decaiu 58%. Numa análise que envolve o primeiro e o último ano verifica que esta receita apresentou uma queda de 6%.

Como ocorre com as receitas de transferências correntes, também ocorre com as receitas de transferências de capital, que são precípuas para a manutenção da máquina administrativa, sendo que isto não ocorre apenas com o município de Patos de Minas e sim com a maioria dos pequenos municípios brasileiros.

Gráfico 6 - Comparativo - Receitas de Capital



Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados apresentados nos gráficos anteriores revelaram que existe acentuada diferença entre as receitas arrecadadas, pelos entes públicos, com as suas despesas. Essa cizânia compromete os serviços que os entes públicos oferecem à população, sendo assim, os municípios são os principais prejudicados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo analisar o comportamento das despesas e receitas públicas da Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG, analisando a situação do município nos exercícios entre 2007 e 2013, no qual pôde mostrar essa situação detalhando as despesas e receitas orçadas e executadas pelo órgão administrativo.

A pesquisa constatou a existência de um descompasso entre as Receitas e Despesas Públicas, comprometendo os serviços básicos e essenciais ao contribuinte, como: saúde, educação e melhorias estruturais no município.

Com a utilização dos gráficos procurou-se demonstrar este desafino entre as receitas e despesas públicas. Na análise do Gráfico 2 Comparativo - Despesas Correntes visualizou que as outras despesas correntes foram as responsáveis pelos maiores desembolsos da entidade e em conformidade com o Gráfico 3, que os investimentos apresentam oscilação, mas são os que mais representam desembolsos das burlas.

A evolução das despesas frente às receitas públicas

Constatou que as receitas correntes e de capitais mais influentes foram as de transferências, sendo que estas são importantes para os municípios, pois eles, em sua maioria, não conseguem arrecadar o suficiente para suprir as suas despesas.

Diante do exposto faz-se necessário que os gestores municipais voltem-se para as ferramentas de planejamento e controle dos municípios, para que com isso possa proporcionar aos contribuintes uma administração seria e voltada para o bem estar da coletividade.

O trabalho se fez relevante pelo fato de avaliar a transparência dos gastos públicos, o cumprimento dos planejamentos feitos e por em prática a execução correta dos recursos públicos, buscando o melhor à população.

Para futuras pesquisas recomenda-se um estudo dos gastos com pessoal para saber se os municípios realmente estão atendendo as exigências legais. Recomenda-se ainda a análise de mais prefeituras e a busca por traçar um modelo de arrecadação em comparação com os gastos públicos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.
- _____. Lei nº 4.320 de 17 março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mar. 1964. Seção 1, p. 2745. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>>. Acesso: 26 mar. 2014.
- _____. Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 maio 2000. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 19 mar. 2014.
- KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2002.
- RIOS, Derival Ribeiro. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010.
- ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público – de acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público**. Contém as mudanças das práticas contábeis vigentes, conforme MCASP editado pela STN. São Paulo: Atlas, 2011.
- SANTOS, Geovane Camilo dos; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Godinho de; TRAJANO JÚNIOR, Edvard. O que é mais vantajoso para o município de Patos de Minas manter próprio ou terceirizar o transporte público escolar rural? Um estudo de caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. **Anais...** São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2013.

A evolução das despesas frente às receitas públicas

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade:** orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **A Constituição e o Supremo.** 2015.
Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=456>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.